

Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes

Irene Rizzini

Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) ✉

<https://dx.doi.org/10.5209/soci.97511>

Recibido: 11 de agosto de 2024 • Aceptado: 29 de octubre de 2024

Resumo: Este artigo discute perspectivas latino-americanas sobre a participação infantil e juvenil na defesa dos seus direitos em espaços de atuação intergeracional. Parte-se de uma análise conceitual com foco sobre a produção acadêmica da região e de uma pesquisa empírica na qual conselheiros jovens e adultos refletem sobre suas experiências de atuação em um dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Os conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo são particularmente discutidos por se destacarem na literatura estudada, assim como sua aplicação à medida em que são apropriados pelos jovens conselheiros. O artigo apresenta uma perspectiva crítica e inovadora ao demonstrar que, apesar do adultocentrismo ressaltado nas pesquisas latino-americanas, o papel protagônico dos jovens ativistas tem o potencial de desestabilizar as relações desiguais de poder entre gerações nos espaços nos quais atuam e de remodelar essas relações de forma mais igualitária.

Palavras-chave: direitos de crianças e adolescentes; protagonismo; participação cidadã; adultocentrismo; atuação intergeracional.

ES Más allá del adultocentrismo: acción intergeneracional en defensa de los derechos de niños, niñas y adolescentes

Resumen: Este artículo discute las perspectivas latinoamericanas sobre el protagonismo infantil y juvenil en la defensa de sus derechos en espacios de acción intergeneracional. Se parte de un análisis conceptual centrado en la producción académica de la región y de una investigación empírica en la que jóvenes y adultos orientadores reflexionan sobre sus experiencias de trabajo en uno de los Consejos de Derechos de Niños, Niñas y Adolescentes en Brasil. Se discuten particularmente los conceptos de protagonismo, participación ciudadana y adultocentrismo porque destacan en la literatura estudiada, así como su aplicación al ser apropiados por los jóvenes consejeros. El artículo presenta una perspectiva crítica e innovadora al demostrar que, a pesar del adultocentrismo resaltado en las investigaciones latinoamericanas, el papel protagónico de los jóvenes activistas tiene el potencial de desestabilizar las relaciones de poder desiguales entre generaciones en los espacios de toma de decisiones públicas y de remodelar esas relaciones de forma más igualitaria.

Palabras clave: derechos de niños/niñas y adolescentes; protagonismo; participación ciudadana; adultocentrismo; acción intergeneracional.

ENG Beyond adultcentrism: intergenerational action in defense of children and adolescent's rights

Abstract: This article discusses Latin American perspectives on children and youth participation in defense of their rights in intergenerational spaces. The text starts by presenting a conceptual analysis focusing on recent trends in the region's academic literature, followed by empirical research in which young and adult counselors reflect on their experiences working in one of the Children's Rights Councils in Brazil. The analysis highlights three concepts that often appear in the Latin American bibliographic corpus on the field: protagonism, citizen participation and adult-centrism, as well as their uses by young counselors. The article presents a critical and innovative perspective by demonstrating that despite adult-centrism highlighted in Latin American research, the protagonic role of young activists has the potential to destabilize unequal intergenerational power relations in public decision-making arenas and to reshape these relations in more equal terms.

Keywords: children and adolescent's rights; protagonism; citizen participation; adult-centrism; intergenerational action.

Sumário: 1. Introdução; 2. Antecedentes conceituais e contextuais; 2.1. Aportes que desafiam a lógica “convencional” que divide Sul Global/Norte Global; 3. Aportes metodológicos e analíticos; 3.1. Pesquisa conceitual: revisão da produção acadêmica latino-americana; 3.2. Pesquisa empírica: a experiência de protagonismo de jovens conselheiros; 4. Protagonismo: jovens ativistas em ação na defesa de direitos; 5. Jovens e participação cidadã; 6. Adultocentrismo: quem decide o que é melhor para as crianças?; 7. Conclusões; 8. Referências bibliográficas

Agradecimentos: Este artigo contou com as seguintes fontes de financiamento: FAPERJ (CNE, Cientista do Nosso Estado - Processo E-26/201.113/2022); International and Canadian Child Rights Partnership (ICCRP)/ Social Sciences and Humanities Research Council of Canada (895-2021-1003); Capes-Print/Edital nº 41/2017, Programa Institucional de Internacionalização

Como citar: Rizzini, I. (2024). Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. *Sociedad e Infancias*, 8(2), 239-250 <https://dx.doi.org/97511>

1. Introdução

Neste texto, analisamos diversas perspectivas latino-americanas sobre a participação infantil e juvenil na defesa dos seus direitos em espaços de atuação intergeracional¹. A América Latina apresenta uma longa tradição de lutas sociais contra investidas antidemocráticas, e como parte desta história, conceitos-chave foram forjados na literatura acadêmica, nos discursos de políticas públicas e nos movimentos sociais. Incorporando terminologias presentes nos debates globais, e traduzindo ideias e princípios em instrumentos emancipatórios de ação política, as abordagens regionais destacam conceitos como direitos, participação e protagonismo para avançar estrategicamente em direção a uma agenda política que reconheça crianças e adolescentes como cidadãs e cidadãos² (Earls, 2011; Pavez-Soto, 2012; Cussiánovich, 2013; Earls e Carlson, 2020).

Nas esferas da pesquisa e da defesa de direitos, a reivindicação pela participação de crianças e adolescentes tem sido uma característica das tradições progressistas latino-americanas, sobretudo a partir da ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 (Verazzi e Benes, 1998). A despeito das críticas a esse documento, no que tange a universalização da noção de “infância”, reconhece-se sua importância à medida que fomentou novos discursos e práticas sobre as infâncias em âmbito internacional, como meios para defender a priorização das crianças nas agendas políticas nacionais e locais (Quennerstedt *et al.*, 2018; Imoh e Okyere, 2020). A ideia de uma “infância global” é particularmente contestada no que diz respeito às crianças provenientes de uma ampla diversidade de meios socioeconômicos, culturais e étnico-raciais ditos “vulneráveis”.

No que se refere à América Latina, um ponto que gostaríamos de destacar é que as experiências epistêmicas e as políticas presentes nos estudos sobre a infância produzem conhecimento de forma colaborativa e socialmente engajada, envolvendo intelectuais, ativistas e formuladores de políticas, que resultam em importantes inovações (Haddad, 2002; Abers *et al.*, 2018;). No entanto, embora frequentemente ancorados em autores e ideias do chamado Norte Global, os estudos latino-americanos sobre a participação infantil e juvenil oferecem contribuições relevantes que atingem apenas tangencialmente os circuitos “globais” das agendas de investigação sobre a infância.

Ao revisarmos a produção acadêmica latino-americana sobre a participação infantil e juvenil nas últimas duas décadas, constatamos que os conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo se destacam. Estes termos são também frequentemente utilizados pela população jovem sobre a sua participação em movimentos sociais, e nas esferas públicas de tomada de decisão.

A partir da discussão sobre os significados, sentidos e aplicações práticas destes três conceitos, argumentamos que, apesar do adultocentrismo ressaltado nas pesquisas latino-americanas (Duarte, 2012; Cussiánovich, 2013; Lay-Lisboa *et al.*, 2022; Petropoulos, 2023), o papel protagônico de jovens ativistas tem o potencial de desestabilizar e de remodelar as relações desiguais de poder entre gerações nos espaços nos quais atuam. Refletimos sobre como as perspectivas decoloniais latino-americanas podem desafiar os estudos globais sobre a infância centrados no Norte (Escobar, 2003; Castro-Gómez, 2005; Mignolo, 2012;), a partir de uma perspectiva decolonial, contestando as agendas internacionais de desenvolvimento (De Castro, 2020; Faulkner e Nyamutata, 2020; Collins *et al.*, 2021).

¹ Cabe uma breve explanação sobre o uso da terminologia referente à faixa etária. Embora o principal foco de nossa pesquisa tenham sido adolescentes ativistas (de 12 a 18 anos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente), suas trajetórias de participação podem ter iniciado na infância e, com frequência, se estendem após os 18 anos. Um outro ponto a destacar é que os termos infância/criança, adolescência/adolescente e jovem/juventude são muitas vezes utilizados de forma indiscriminada na literatura levantada.

² Procurei evitar, na medida do possível, a generalização de gênero ao empregar somente o masculino ou o feminino, embora ree conheça que isso não resolve a questão da complexidade da diversidade de gênero, buscando contemplar a contestação sobre o binarismo, inclusive no escopo dos estudos decoloniais.

Este artigo é dividido em três partes. A primeira aborda a dimensão conceitual e contextual da participação e do protagonismo infantil e juvenil na América Latina. Na segunda parte, apresentamos as metodologias utilizadas na pesquisa conceitual e empírica, abrangendo a revisão da literatura acadêmica latino-americana de 2005 a 2023 e a análise da experiência de protagonismo de jovens conselheiros conselheiras em um dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente no estado do Rio de Janeiro, no período de 2018 a 2020. Por fim, articulamos a produção de dados conceituais e empíricos do presente estudo, relacionando as experiências de ativismo e de atuação intergeracional a partir dos conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo.

Assim, com o objetivo de contribuir para o campo internacional dos Estudos da Infância³, o artigo propõe uma reflexão crítica interconectando o conhecimento a partir da produção teórica pesquisada, e das narrativas de conselheiros jovens e adultos que interagem em espaços participativos de tomada de decisões, enriquecendo o debate sobre a diversidade conceitual, cultural e epistêmica sobre a participação infantil e juvenil e seus desafios intergeracionais.

2. Antecedentes conceituais e contextuais

O foco sobre a participação e o protagonismo da população jovem no campo das políticas públicas no Brasil e internacionalmente é relativamente recente. O desenvolvimento jurídico e institucional sobre o assunto nas últimas três décadas tem sido acompanhado por novos interesses acadêmicos, tais como liderança, agência e ativismo infantil e juvenil (Corona e Morfín, 2001; Vanobbergen, 2015; Caputo, 2017). No entanto, as teorias sobre participação social e política, que muitas vezes procuram ser universais, tendem a ignorar a realidade de como a participação ocorre em diferentes contextos sociais, políticos e históricos e, portanto, permanecem como questões que demandam aprofundamento analítico (Ruiz-Casares *et al.*, 2017). Essas teorias também tendem a desconsiderar a diversidade de conceituações e configurações práticas que ocorrem fora da dicotomia entre o poder do adulto e o poder da criança. E ainda, ignoram a coexistência de múltiplas formas de participação no mesmo ambiente, ou de mudanças na natureza de participação ao longo do tempo, e em diferentes locais.

Embora exista uma grande lacuna entre a produção teórica e a realidade da participação infantil e juvenil (Naker *et al.*, 2007; Figueiredo e Rizzini, 2024), o ativismo social e político deste grupo tem recebido significativa atenção, especialmente em questões relacionadas ao meio ambiente, como mudanças climáticas e outras ameaças à sustentabilidade do planeta (O'Brien *et al.*, 2018; Ojala e Bengtsson, 2019). Desta forma, acreditamos ser importante buscar referenciais teóricos que reconheçam crianças, adolescentes e jovens como sujeitos ativos de direitos e atores políticos (Escobar, 2003; Castro-Gómez, 2005; Mignolo, 2012; Cussiánovich, 2013; De Castro, 2020; Faulkner e Nyamutata, 2020; Collins *et al.*, 2021).

2.1. Aportes que desafiam a lógica “convencional” que divide Sul Global/Norte Global

Uma crítica que tem emergido nos últimos anos e, que poderia ser considerada como parte do movimento de descolonização do conhecimento, refere-se a um suposto “Norte Global”, produtor das teorias e um “Sul Global”, que se limita a realizar o trabalho empírico (Balagopalan, 2019; Soares *et al.*, 2023). Esta lógica também se aplica à produção de conhecimento no campo dos Estudos da Infância e dos Direitos da Criança (Collins *et al.*, 2021).

Diversos aportes teóricos têm desafiado as reivindicações de universalidade contidas na figura abstrata do sujeito de direitos (Assy, 2018; Douzinas, 2000;), particularmente vistas através das lentes eurocêntricas dos instrumentos jurídicos internacionais e das teorias desenvolvimentistas (Escobar, 2003; Mignolo, 2012). As premissas ontológicas de caráter universalizante diluem a relevância de condicionantes como raça, gênero, classe, idade e lugar, como ressalta Spivak (1994). Em contrapartida, as intervenções humanitárias inclusivas, que reconhecem estas especificidades, desempenham um papel histórico importante nas lutas globais fundamentadas nos princípios da libertação e da emancipação (Santos, 2021).

A “criança” nos quadros internacionais convencionais corresponde ao sujeito moderno em desenvolvimento, mas ainda imaturo, na medida em que figura, da mesma forma, como “uma criança abstrata e generalizada, como se todas as crianças, independentemente da idade, sexo, cultura, classe social, raça, e outras particularidades, partilhassem de um conjunto essencial de características e necessidades imutáveis” (Tabak, 2020, p.47)⁴. Em contraste, as crianças do chamado “Sul Global”, muitas vezes apenas caracterizadas como pobres e vulneráveis, requerem atenção e intervenção internacionais urgentes, não tendo nenhuma palavra a dizer nas decisões de adultos sobre sua vida e seu futuro. A essas crianças, são atribuídos traços ameaçadores que marcam os grupos subalternos pobres, racializados, marginalizados e criminalizados que não podem falar (Spivak, 1994), mas que atraem interesses analítico-acadêmicos, assistencialistas e políticos (Rizzini Ansari, 2024). Como objetos de estudo e de intervenção, reativam continuamente padrões eurocêntricos de produção de conhecimento “global” sobre seus contextos periféricos (Connell, 2013), bem como a definição do “melhor interesse da criança” estabelecido na Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (Tabak, 2020). De acordo com essa percepção, parece improvável que crianças adolescentes e jovens, especialmente aqueles que estão fora do hemisfério Ocidental e do Norte, possam reivindicar sua participação e protagonismo nos processos de tomada de decisão (e que poderiam abrir novos horizontes para as próximas gerações). Parece igualmente impensável que devam, ou possam, ter um papel construtivo para além dos seus contextos locais, ou seja, da família, da escola e da comunidade.

³ Denominado internacionalmente de Childhood Studies. Ver a respeito: Sarmiento e Gouvea, 2008; Qvortrup *et al.*, 2009.

⁴ Original em inglês: “...an abstract and generalized child as if all children, irrespective of age, gender, culture, social class, race, and other particularities, shared an essential set of immutable characteristics and needs”.

No que tange à participação infantil e juvenil, a despeito da vasta produção ao longo das últimas três décadas, constata-se imensa distância entre a retórica sobre sua importância e a resistência na prática. Além dos obstáculos à participação social e política da população infantil e juvenil, constantemente apontados nas pesquisas latino-americanas, podemos citar como exemplo os esforços ainda pouco frutíferos para efetivar seu direito à participação nos espaços de deliberação de políticas no escopo dos conselhos de direitos no Brasil (Figueiredo, 2024)⁵. Além disso, apesar das referências constantes às leis e políticas públicas que preconizam o direito à participação, observam-se posturas paternalistas e infantilizantes que enfraquecem o protagonismo infantil e juvenil.

Apesar das limitações dos papéis participativos, sobretudo das crianças na sociedade em geral, não se pode deixar de reconhecer o importante impacto da adoção do referencial de direitos após a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, a partir do final da década de 1980. Com isso, queremos nos referir à apropriação política de documentos internacionais como este em diversos países (Guzmán, 2017), inclusive na América Latina, incorporando princípios como por exemplo, de igualdade de direitos, aos debates e práticas nos processos de luta e resistência política da região.

A história política da América Latina é marcada por formas violentas de dominação, autoritarismo e opressão, mas também por formas inventivas de resistência ao colonialismo, ao imperialismo e às persistentes intervenções antidemocráticas. A assimilação de ideologias estrangeiras e hegemônicas é contrariada por uma cultura de resistências e por sucessivas lutas pela emancipação (Galeano, 1997; Mignolo, 2012; Quijano, 2000;).

No que se refere aos estudos latino-americanos sobre a infância, embora fortemente influenciados pelos referenciais teóricos do Norte, começam a reconhecer e se beneficiar dos circuitos acadêmicos do Sul (Powell *et al.*, 2023; Soares *et al.*, 2023). Um dos circuitos que une pesquisadores, estudantes, profissionais e militantes de diversas áreas do conhecimento de países de língua portuguesa são as conferências luso-brasileiras, uma iniciativa liderada pela Universidade do Minho em Portugal e universidades brasileiras, que reúne investigadores e investigadoras de língua portuguesa e espanhola (Sarmiento *et al.*, 2007; Barbosa e Soares, 2019).

3. Aportes metodológicos e analíticos

A pesquisa qualitativa, conceitual e empírica que propusemos, contou com o seguinte desenho metodológico: (i) uma revisão sistemática das pesquisas latino-americanas publicadas em periódicos científicos, e (ii) um estudo de campo que envolveu encontros intergeracionais participativos, entrevistas e grupos focais com adolescentes, jovens e adultos conselheiros e conselheiras (e ex-conselheiros e conselheiras) atuantes no escopo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Volta Redonda (CMDCA/VR), no estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa foi realizada no escopo do projeto *Monitoramento dos Processos de participação infantil em políticas e programas de proteção à infância em âmbito internacional*, como parte da rede ICCRP (International and Canadian Child Rights Partnership). Estudos de caso com objetivos semelhantes foram simultaneamente desenvolvidos na África do Sul, Canadá, Escócia e China. Cabe acrescentar que outros desdobramentos deste projeto nos permitiram permanecer em contato com parte dos jovens e adultos que participaram da pesquisa até o presente, enriquecendo as análises que compartilhamos neste texto.

3.1. Pesquisa conceitual: revisão da produção acadêmica latino-americana

O levantamento da produção acadêmica incluiu artigos publicados nas últimas duas décadas, entre 2005 e 2023, utilizando diversos descritores relacionados à participação de crianças e adolescentes na América Latina, a fim de compreender o desenvolvimento da conceitualização e teorização que ocorreu na região⁶. As fontes de busca foram sistemas regionais de informação bibliográfica e portais de periódicos eletrônicos, incluindo Scielo Brasil, Portal de Periódicos da CAPES, WorldCat, Google Scholar, Latindex CLASE, REDLAMYC e IIN (Instituto Interamericano del Niño).

Após várias revisões para seleção dos artigos que correspondiam ao objetivo da pesquisa, construiu-se uma base de dados bibliográficos, que atualmente conta com 254 artigos em português e 189 em espanhol, um total de 443 publicações acadêmicas disponíveis para o público interessado (www.ciespi.org.br). Os processos de codificação e análise dos dados levantados envolveram a leitura de todos os artigos selecionados, sistematização do conteúdo e, posteriormente, a sua organização com base nos temas predominantes. Entre os objetivos que subsidiaram a análise, citamos: compreender a contribuição da produção teórica e metodológica para o conhecimento coletivo da região, incluindo seus limites e possibilidades; identificar potenciais lacunas, bem como novos problemas, tendências, abordagens e metodologias de pesquisa. A partir desta revisão, optamos por aprofundar a análise dos conceitos de protagonismo, participação cidadã

⁵ Previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos deliberativos responsáveis por assegurar a prioridade para a infância e a adolescência. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/conteudos-formativos/glossario/conselho-de-direitos/>. Acesso em 10 de junho de 2024.

⁶ Foram realizadas sucessivas buscas nas bases citadas utilizando os descritores “participação”, “protagonismo”, “monitoramento”, “avaliação” e “proteção”, combinados às palavras “infância ou infantil”, “adolescência”, “juventude ou jovens”. Para mais informações acesse a base de dados bibliográficos CIESPI/PUC-Rio: Disponível em: <https://ciespi.org.br/basesbibliograficas-1047>.

e adultocentrismo, centrais neste artigo como ferramentas políticas em experiências locais de participação, ativismo e formulação de políticas para crianças, adolescente e jovens na região e, particularmente, no Brasil.

Cabe destacar algumas limitações inerentes a esse tipo de pesquisa. Uma delas refere-se ao acesso às publicações. Trata-se de uma questão ainda mais complexa quando as buscas são realizadas em diferentes países que utilizam diversas metodologias, nem sempre compatíveis entre si. Mesmo considerando as limitações inerentes a esse tipo de pesquisa, consideramos que a revisão e a análise empreendidas ofereceram uma boa amostra do que vem sendo produzido, pensado e discutido sobre o tema da participação infantil e juvenil no Brasil e em outros países da América Latina.

3.2. Pesquisa empírica: a experiência de protagonismo de jovens conselheiros

A pesquisa de campo teve como foco a experiência de participação intergeracional, envolvendo adolescentes, jovens e adultos atuantes no escopo dos Conselhos de Direitos, no período de maio a outubro de 2024. O objetivo era conhecer as trajetórias de participação desses sujeitos, bem como os processos e as dinâmicas de participação intergeracional em espaços públicos destinados à discussão dos direitos e a deliberação de políticas destinadas a crianças e adolescentes. Para tanto, utilizamos uma metodologia multifacetada, que incluiu: 2 encontros intergeracionais participativos, 3 entrevistas exploratórias, 5 entrevistas em profundidade e 3 grupos focais. No total, a pesquisa contou com a participação de 42 pessoas, 27 jovens e 15 adultos.

As entrevistas exploratórias constituíram nossa primeira aproximação ao campo e serviram de base para desenharmos o estudo completo. Três atores jovens e adultos, com ampla experiência de atuação foram selecionados: um jovem líder do Fórum da Juventude do Rio, uma adulta ex-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Estado do Rio de Janeiro e um adulto coordenador de projeto de uma ONG sediada no Rio de Janeiro que envolve jovens ativistas. Foi a partir dessas entrevistas, que tomamos conhecimento sobre a experiência única de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, cujo Conselho dos Direitos da Criança da cidade de Volta Redonda (CMDCA/VR) havia tido a iniciativa de incorporar oficialmente adolescentes como conselheiros e conselheiras atuantes por diversos anos. Ainda nesta cidade, tivemos a oportunidade de entrevistar adolescentes e jovens que compõem o Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação (FJSFA), um coletivo criado e liderado por jovens para discutir políticas públicas e direitos ligados ao público infantil e juvenil.

Em seguida, realizamos dois encontros intergeracionais participativos, com a duração de 3 horas cada. A proposta foi reunir participantes de diferentes gerações, selecionados por terem significativa experiência de participação junto a crianças, adolescentes e jovens. Nesta etapa, contamos com 26 participantes (16 adolescentes e jovens de 13 a 24 anos e 10 adultos de 29 a 73 anos). Por fim, pesquisamos a experiência específica de Volta Redonda, envolvendo atores do Conselho dos Direitos da Criança (CMDCA/VR) e o Fórum Juventude do Sul Fluminense em Ação (FJSFA), com um total de 13 participantes: 10 adolescentes e jovens (15 a 22 anos) e 3 adultos (50 a 60 anos). Esta experiência compreendeu 3 entrevistas individuais em profundidade com jovens (18 a 22 anos), 2 entrevistas com a ex-presidente do Conselho, um grupo focal com 3 adultos conselheiros e 2 grupos focais com 8 jovens (15 até 18 anos). O objetivo destas entrevistas foi compreender as perspectivas de conselheiros e conselheiras e ex-conselheiros e ex-conselheiras, jovens e adultos, em relação a sua participação, aspectos desafiadores e promissores sobre as relações intergeracionais, assim como suas perspectivas sobre os impactos de sua participação.

3.3. Correlação conceitual e empírica

Passamos a discutir os resultados das análises empreendidas, articulando a produção de dados conceituais e empíricos do presente estudo, interconectando as experiências de ativismo e de atuação intergeracional aos conceitos destacados de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo.

A correlação conceitual e empírica revela uma ligação clara entre a ideia de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos políticos e se expressa nos papéis de protagonismo que adotam para a defesa dos seus direitos. Esta ligação é demonstrada em exemplos concretos de como a experiência de participação proporcionou um sentimento de pertencimento e de cidadania em relação à uma coletividade, com o potencial de transformação da realidade social (Cuevas-Parra, 2021). Uma jovem de 22 anos referiu-se a esses sentimentos ao descrever a sua atuação em um Conselho desde os 15 anos de idade: "Comecei a me ver como [uma pessoa] que têm direitos. Isso é muito importante, me fez sentir parte da sociedade". Vários autores latino-americanos analisam a participação de jovens na vida pública e política, aliada ao desenvolvimento de um sentimento crescente de pertencimento como jovens cidadãos (Pérez *et al.*, 2008; Luna e Folgueiras, 2014). Esses fatores conduzem a um maior envolvimento em suas comunidades e culturas (Cussiánovich, 2013).

A literatura latino-americana mais ampla sobre engajamento e participação social é caracterizada por uma ênfase na defesa e na ação direta para promover mudanças sociais. Podem ser citados alguns exemplos de movimentos sociais que registram a participação ativa de jovens, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Via Campesina e vários movimentos indígenas (Gohn, 2012; Ramos e de Aquino, 2019). Outros estudos mostraram uma ênfase política semelhante na participação de crianças, adolescentes e jovens na defesa dos direitos humanos de grupos marginalizados e oprimidos, como no caso do Chile (Montoni, 2019), do México, (Montoya *et al.*, 2018) e do Brasil (Koerich, 2017). Uma pesquisa internacional com 75 jovens ativistas das cidades do Rio de Janeiro, Chicago e Cidade do México mostrou os efeitos transformadores nas suas trajetórias de vida destas primeiras experiências políticas e sociais. O estudo identificou que um número significativo de jovens iniciou sua atuação em espaços como escolas, organizações sociais e comunitárias. Estas experiências lhes permitiram participar posteriormente no ativismo

político voltado aos direitos humanos. Um fator-chave que contribuiu para a atuação destes jovens em suas primeiras experiências foi o apoio de adultos capazes de ouvir e respeitar as suas ideias, incluindo pais e professores (Torres *et al.*, 2013).

4. Protagonismo: jovens ativistas em ação na defesa de direitos

“Não fale de mim sem mim!” Os e as jovens conselheiros e conselheiras de Volta Redonda usaram com orgulho essa expressão para afirmar o seu protagonismo e determinação em não terem suas vozes intermediadas por terceiros (Almeida *et al.*, 2023). O conceito de protagonismo infantil e juvenil está intimamente relacionado ao de participação, e à percepção dos jovens como proativos, com competências e autonomia (Corona e Morfín, 2001; Ballesteros, 2016; Ochoa, 2019). Vários autores latino-americanos também se referem ao termo protagonismo para destacar os papéis proativos da população infantil e juvenil em espaços escolares, nas comunidades em que vivem e junto às famílias, bem como em movimentos sociais e conselhos (Cussiánovich e Figueroa, 2009; Cussiánovich, 2013; Pavelic e Salinas, 2014; Peña-Ochoa *et al.*, 2014).

Na presente pesquisa, as narrativas dos e das jovens conselheiros e conselheiras frequentemente se referiam ao papel de protagonismo na criação do Fórum (FJSFA), e o papel ativo desempenhado no espaço do Conselho (CMDCA/VR). Definem o Fórum como um espaço que lhes pertence, e decidem quem pode entrar. Os adultos só participam quando convidados. Um jovem (18 anos) contou como ganharam visibilidade no município: “Graças ao nosso trabalho persistente e contínuo, como as formigas, Volta Redonda tem o primeiro Conselho que inclui adolescentes com direito à voz e voto”.

As narrativas explicitaram como a participação no Conselho e no Fórum permitiu que ganhassem experiência e maior consciência sobre o seu protagonismo: “Mudou quem eu era, como eu pensava e me fez ver quem eu realmente sou”, disse um jovem de 17 anos. Esta experiência transformadora foi perceptível em outros relatos, onde jovens conselheiros e conselheiras descreveram como “descobriram” novas capacidades e confiança em si próprios, com ganhos pessoais e sociais fomentados pelo envolvimento coletivo com outros jovens ativistas, e pela participação mais igualitária com adultos. Duas adolescentes, recém nomeadas como conselheiras (16 anos), ficaram entusiasmadas com a sua participação no Conselho: “É fantástico ser adolescente e estar num lugar onde só se fala de jovens. Mas não é fácil – é preciso aprender muitas coisas e palavras novas”.

A revisão da literatura mostrou que o conceito de protagonismo destaca frequentemente a competência e a autonomia de crianças e adolescentes (Cussiánovich, 2013; Alfageme *et al.*, 2003). A criança é vista como “potente, capaz de criar formas de se comunicar e de se relacionar com o mundo desde pequena, assim como é capaz de participar com autonomia nos processos de aprendizagem”, de acordo com Souza (2018, p. 195), em um estudo sobre protagonismo na educação infantil na Amazônia brasileira.

No entanto, ao discutirmos competências e autonomia de crianças, adolescentes e jovens, é preciso ter cuidado para não generalizar ou romantizar a sua participação (Abebe, 2019). As e os jovens conselheiros e conselheiras entrevistadas e entrevistados se referiram às ações das quais participavam como mobilização, movimentação e luta. Quando questionados se achavam que a sua participação tinha feito alguma diferença, a resposta foi: “Sim, a nossa participação fez diferença. Sempre ouvimos que os adolescentes não sabiam nada, mas aos poucos fomos ganhando confiança”. Um jovem conselheiro de 17 anos relacionou competência à crescente consciência do seu poder de transformação: “Entendíamos que tínhamos uma grande responsabilidade e que éramos capazes de enfrentá-la. Entendemos que temos poder em nossas vozes”. Alguns também alegaram dispor de informações que os adultos desconheciam. Por exemplo, uma jovem de 22 anos, ex-conselheira, e atuante na Secretaria de Juventude da cidade, disse: “A professora veio até mim e perguntou: você poderia dar uma palestra sobre os direitos da criança? Porque o que eu sei sobre isso é tão pouco”.

O conceito de protagonismo, na literatura revisada e na percepção das e dos jovens consultadas e consultados, fala de um sentimento de empoderamento e de apropriação de um conhecimento, no qual o sujeito se expressa a partir de suas próprias experiências. O protagonismo também aparece relacionado ao desenvolvimento do exercício da cidadania; de participar como cidadão (Pérez *et al.*, 2008; Huerta, 2009). Há exemplos de como as e os jovens usaram o seu poder na interação com os conselheiros adultos e as conselheiras adultas quando discordavam e tinham uma sugestão melhor a propor: “Então, se no Conselho eu tivesse voz e visse adultos discutindo alguma coisa, eu poderia dizer - NÃO, isso não é a melhor maneira de fazer isso. Eu sei, enquanto jovem, que não vai funcionar; poderíamos fazer de outra forma”. Não se trata apenas de proporcionar uma perspectiva jovem, mas também de ocupar um espaço nos “ambientes dos adultos”. Um jovem de 18 anos mencionou um episódio em que os jovens membros do Conselho ajudaram a monitorar o orçamento e mostraram aos adultos que os gastos estavam acima do limite: “Aprendemos que os adultos também cometem erros. Não são só os adultos que dizem que nós erramos; nós também podemos fazer isso quando cometem erros”. Atitudes como essas por parte dos e das mais jovens nos espaços de atuação intergeracional podem enriquecer o processo de tomada de decisões, mas também têm o potencial de desestabilizar a posição de poder dos adultos, principalmente quando se vê em ameaçados em sua autoridade. Por isso afirmamos que o papel protagônico de jovens ativistas pode ajudar a remodelar essas relações de forma mais igualitária.

No entanto, em diversas ocasiões as e os jovens manifestaram sua decepção perante a falta de abertura dos adultos, ponto frequentemente levantado na literatura internacional sobre os desafios para estabelecer relações igualitárias entre adultos e crianças em espaços participativos, onde as relações e interações

sociais ocorrem separando indivíduos e grupos de acordo com a idade (Blanchet-Cohen e Rainbow, 2006; Taft, 2015; McMellon e Tisdall, 2020). Autores e autoras latino-americanos também se referem a um “pseudoprotagonismo” ou liderança paternalista, que envolve atitudes onde adultos assumem a condição de porta-vozes e acabam intimidando e silenciando os e as jovens (López e Moreira., 2013).

5. Jovens e participação cidadã

O conceito de participação cidadã refere-se à participação social e ao engajamento de crianças e adolescentes como cidadãos. A participação é entendida como central para o desenvolvimento de um sentido de cidadania. Na literatura latino-americana, a participação cidadã enfatiza a ligação entre a participação como um direito, e as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Estrada *et al.*, 2000; Acosta e Pineda, 2007; Corvera, 2018; Lay-Lisboa *et al.*, 2018). São, portanto, vistos como atores políticos que fazem parte de uma coletividade e têm a oportunidade e o direito de serem ouvidos (Trevisan, 2011). A noção de “cidadania ativa” dá maior ênfase ao movimento em direção a mudanças sociais ou “transformação de realidades” (Oraisón e Pérez, 2006; Pavez-Soto, 2012; Cussiánovich, 2013).

A participação cidadã é, portanto, fundamental ao exercício da cidadania ativa. Ela pressupõe o desenvolvimento da consciência sobre a importância da ação coletiva (Rizzini *et al.*, 2007) e do engajamento em espaços democráticos coletivos desde cedo (Dip e Tebet, 2019). São pontos que observamos em nosso estudo, no qual o discurso sobre direitos apareceu fortemente vinculado às experiências transformadoras dos e das jovens conselheiros e conselheiras. Estes e estas enfatizaram a sua autopercepção como sujeitos de direitos e atores políticos, com depoimentos como o de uma jovem conselheira de 15 anos: “Pude entender que existem direitos; que você pode ser protegido pela lei”, e dizer: espera - esse também é meu direito... eu também posso lutar, posso parar de me machucar - não importa a idade. Eu sou; eu tenho direitos!”

Pode-se, assim, afirmar que a cidadania destes sujeitos se consolida na afirmação do seu protagonismo, como algo que pode ser desenvolvido e exercido por meio da participação ativa. Em estudo sobre o protagonismo infantil e a construção da cidadania no Brasil, Pérez *et al.* (2008) destaca a importância de refletir sobre a cidadania infantil e juvenil para além do estatuto legal dos direitos, afirmando que o exercício da cidadania deve ser um processo contínuo de aprendizagem baseado nas experiências cotidianas.

A ex-presidente do Conselho de Volta Redonda e mentora dos jovens conselheiros resume bem essa ideia ao explicar o processo pelo qual os jovens amadurecem em suas experiências de participação. Ela utiliza a expressão ‘maturidade cidadã’ para mostrar como os jovens conselheiros passam a se posicionar como cidadãos, conscientes do seu papel na defesa de direitos: “É muito diferente quando eles começam... depois eles mudam. Não é apenas maturidade devido à idade. Eles desenvolvem uma “maturidade cidadã”. Eu quero, eu posso”. Um conselheiro de 17 anos expressou como é ser cidadão, reafirmando o seu conhecimento construído a partir das experiências vividas de ser jovem no mundo de hoje: “Entendíamos que éramos cidadãos; e que às vezes entendíamos muito melhor as questões relativas às crianças do que os adultos que estavam ali”.

A participação como direito tem uma forte ligação com os conceitos de democracia, protagonismo e cidadania, como aponta Gallego-Henao (2015), ao refletir sobre as visões dos adultos acerca da participação infantil na Colômbia. Segundo relatório do Instituto Interamericano da Criança/OEA, no Uruguai, a participação das crianças é um caminho para contestar e superar atitudes paternalistas (Giorgi, 2010). A ênfase na participação dos cidadãos interligada à participação infantil e juvenil no fortalecimento da democracia nos remete a uma revisão crítica da literatura e das práticas latino-americanas e internacionais, de um modo geral. Aqui nos referimos a práticas tradicionais, muitas vezes referida como “protecionismo”, nas quais crianças e adolescentes são vistos como destinatários passivos de proteção, e suas perspectivas são desvalorizadas ou desconsideradas (Bubadué *et al.*, 2016; Collins *et al.*, 2021; Jamieson *et al.*, 2022).

Logo, o conceito e as práticas de participação cidadã implicam em processos político-pedagógicos emancipatórios que devem incluir o reconhecimento de atores jovens como legítimos para participarem na vida pública e política, ao invés de seres incompletos que se encontram em transição para a vida adulta. E, como postulamos neste artigo, o papel protagônico de jovens ativistas tem o potencial de desestabilizar as relações desiguais de poder entre gerações nos espaços nos quais atuam e de remodelar essas relações de forma mais igualitária.

Vejamos, em seguida, como o conceito de adultocentrismo pode ser compreendido, a partir de nossa pesquisa.

6. Adultocentrismo: quem decide o que é melhor para as crianças?

Os obstáculos à participação de crianças e adolescentes são frequentemente abordados na literatura latino-americana (Pérez *et al.*, 2008; López e Moreira, 2013; Taft, 2015; McMellon e Tisdall, 2020). A maioria conclui que apesar da retórica sobre terem voz e serem aceitos em certos espaços para participar, em última análise, os adultos tomam todas as decisões e ignoram as suas opiniões e recomendações.

Há exceções, mas os autores invariavelmente chamam a atenção para posições ainda predominantemente centradas nos adultos. É neste desequilíbrio de poder que emerge a questão das relações intergeracionais, retratando as percepções dos adultos sobre crianças e adolescentes como sendo inexperientes e imaturos (Acero e Ayala, 2011; Contreras e Pérez, 2011; Gallego-Henao e Gutiérrez-Suárez, 2015). Os estudos que analisam as relações intergeracionais ressaltam o poder aparentemente “natural” dos adultos sobre os mais jovens, mesmo em espaços destinados aos mais jovens, e outros pontos, como: a necessidade de partilhar o poder e a responsabilidade nos processos de tomada de decisão (Figuerola-Grenett, 2017); o papel

das ONGs na promoção da participação infantil e juvenil, e a compreensão das crianças e adolescentes como sujeitos e agentes (Peña-Ochoa *et al.*, 2014).

Nos encontros participativos intergeracionais realizados em nossa pesquisa, discutimos experiências de participação em espaços de decisão com crianças, jovens e adultos. Em alguns momentos observamos que surgiram tensões ocasionadas por uma espécie de hierarquia entre gerações e grupos tão heterogêneos, sobretudo diante das tentativas dos mais jovens de abrir espaços para defender suas posições.

Ao refletirem sobre a experiência intergeracional no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, participantes jovens, adultos e adultas fizeram várias observações relacionadas ao adultocentrismo. Os e as jovens conselheiros e conselheiras se referiram às visões centradas nos adultos e adultas de várias maneiras: “Há muitos adultos que acham que a nossa opinião não vale nada”, disse uma jovem de 16 anos. Muitas vezes ouvem dos adultos que estão se tornando abusivos ou mal-educados quando expressam seus pontos de vista, como outra menina de 16 anos relatou ter ouvido: “Você ainda não viveu; não tem experiência; você não sabe como as coisas realmente funcionam. Há coisas que você só aprende com a idade”.

Outro exemplo é quando adultos desqualificam as e os jovens, estigmatizando-as e estigmatizando-os como “aborrecentes”, expressão pejorativa que funde duas palavras: ‘adolescente’ e ‘que aborrece’, significando alguém que incomoda. “Eles acham que o adolescente não sabe fazer nada direito; que não tenho opinião”, compartilhou uma jovem de 16 anos.

Quando solicitados a explicar essas visões e atitudes centradas nos adultos, os e as jovens conselheiros e conselheiras relataram sentir que representam uma ameaça aos adultos simplesmente por serem mais novos. Uma adolescente de 16 anos relatou,

Eles fazem isso... porque a juventude deles já passou...Muitas pessoas ficam com medo de como as crianças estão ficando poderosas. Cada vez que se pensa nas crianças e nos adolescentes, é que eles não têm poder. Mas mudou muito essa visão depois que a criança começou a ter voz.

Mesmo assim, a pesquisa nos mostrou que a experiência destes e destas jovens se revelou transformadora, tanto para eles, como para os adultos envolvidos no processo. As e os adolescentes relataram não apenas que se sentiram como jovens cidadãos nesta experiência participativa, mas também que a cultura institucional e as posturas dos adultos no Conselho foram modificadas. Vários e várias jovens, adultos e adultas afirmaram que a dinâmica das reuniões no Conselho mudou à medida que as e os adolescentes passaram a participar como conselheiros e conselheiras. Todos tiveram de se adaptar; um processo desafiador no qual sentiram que era preciso lidar com preconceitos pré-existentes e aprender a ouvir e respeitar as opiniões uns dos outros.

Além de transformadora, a experiência de coparticipação pode levar a outros desdobramentos interessantes. Isso foi constatado em um estudo mais amplo no âmbito da *Parceria Internacional e Canadense sobre os Direitos da Criança* (ICCRP), envolvendo experiências de participação no Brasil, Canadá, China e África do Sul. Neste estudo, observou-se uma espécie de ‘efeito cascata’, no qual as experiências de participação vividas por crianças e adolescentes transcendiam os espaços nos quais atuavam para diversas outras esferas, como na família, na escola e em espaços de convivência social (Jamieson *et al.*, 2022).

7. Conclusões

Este artigo partiu da análise dos conceitos de protagonismo, participação cidadã e adultocentrismo na literatura latino-americana, para discutir o ativismo infantil e juvenil em espaços intergeracionais de tomada de decisão sobre os direitos de crianças e adolescentes no Brasil. A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou uma metodologia multifacetada com foco nas dinâmicas intergeracionais ocorridas no contexto de um Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Os usos e apropriações destes conceitos, muitas vezes ressignificados nas práticas de ativismo, revelaram-se potentes no desencadeamento de processos transformadores para os jovens cidadãos, bem como para os adultos nas relações intergeracionais estudadas.

A pesquisa nos permitiu refletir sobre tendências teóricas e práticas reveladoras da importância do conhecimento situado ou localizado. Ou seja, daqueles e daquelas que se posicionam e se expressam a partir de suas próprias experiências, como protagonistas capazes de articular suas perspectivas e seus próprios “melhores interesses”. A partir das percepções de adolescentes, jovens e adultos que participaram da pesquisa, como na literatura latino-americana analisada, ressaltamos a ligação entre a participação como um direito e as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em um processo de construção e amadurecimento da cidadania. Esses elementos são cruciais para o fortalecimento da democracia em uma região historicamente afetada pela impermanência democrática e construída sob estruturas coloniais hegemônicas de poder.

Os e as jovens ativistas discorreram sobre os desafios que enfrentam para combater posturas adultocêntricas e paternalistas, frequentemente desrespeitosas em relação ao conhecimento dos mais jovens e aos seus direitos como cidadãos e cidadãs. Entretanto, a despeito dos desafios, constatam-se importantes potenciais na interconexão entre gerações, como demonstramos em nosso estudo. Isso, no entanto, requer que participantes de diferentes gerações estejam dispostos e abertos a colaborar, negociando e fazendo os ajustes necessários para que reconheçam as diferenças e negociem a melhor forma de atuação conjunta. Esperamos que a presente pesquisa possa contribuir para o conhecimento em suas dimensões teóricas e práticas, particularmente em termos da construção de interações intergeracionais mais promissoras, honrando o papel protagônico de crianças e jovens ativistas.

Refletimos sobre como as tradições políticas latino-americanas de lutas pela emancipação podem ser vistas como desempenhando um papel importante para o ativismo juvenil, à medida em que permitem novos pontos de vista, usos, adaptações e traduções de conceitos, no campo internacional dos Estudos da Infância, fortemente eurocêntricos. As perspectivas regionais e locais enriquecem o debate internacional sobre a diversidade de conceitualizações sobre a infância, contrariando as tendências dominantes nas agendas de desenvolvimento internacional, a partir de uma perspectiva decolonial.

Com isso, queremos dizer que os estudos latino-americanos sobre a participação infantil e juvenil oferecem contribuições relevantes, mas que dificilmente alcançam os circuitos internacionais das agendas de pesquisa sobre a infância. Neste artigo, enfatizamos a experiência epistêmico-política latino-americana nos Estudos da Infância como um campo de produção de conhecimento colaborativo e socialmente engajado entre intelectuais, ativistas e formuladores de políticas. As fronteiras difusas e mais flexíveis, que separam e, ao mesmo tempo aproximam, os universos teóricos, as experiências locais e o campo das políticas públicas, são talvez os principais fatores que contribuem para a cultura epistêmica da região; uma característica pouco compreendida e que poderia ser melhor explorada como contribuição significativa para intercâmbios internacionais mais diversificados no escopo dos Estudos da Infância.

8. Referências bibliográficas

- Abebe, T. (2019). Reconceptualising children's agency as continuum and interdependence. *Social Sciences* 8(3), 81-107. <https://doi.org/10.3390/socsci8030081>
- Abers, R. N., Silva, M. K. e Tatagiba, L. (2018). Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova* 105, 105-138. <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
- Abero, M. T. e Ayala, C. O. (2011). Los derechos de la niñez: el paradójico contraste entre validez y eficacia. *IUSTA* 34, 183-199. <https://doi.org/10.15332/s1900-0448.2011.0034.09>
- Acosta, A. e Pineda, N. (2007). Ciudad y participación infantil. Em Y. C. Caraveo e M. E. L. Pontón (Eds), *Participación infantil y juvenil en América Latina* (pp. 147-177). Cinde.
- Alfageme, E., Cantos, R. e Martínez, M. (2003). De la participación al protagonismo infantil. *Plataforma de Organizaciones de Infancia*. <https://www.sename.cl/wsenam/otros/de-la-participacion-al-protagonismo-nov-2003.pdf>.
- Almeida, L., Collins, T., Heynes, D. J., Jamieson, L., Rizzini, I. e Walsh, S. (2023). Affecting change in different contexts: children's participation in social and public policy dialogues in Brazil, Canada, and South Africa. Em B. Percy-Smith, N. P. Thomas, C. O'Kane e A. T.-D Imoh (Eds). *New Handbook for Children and Young People's Participation: Conversations for Transformational Change*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003367758-28>.
- Assy, B. (2018). The subject of discrimination: factual life, empowerment, and being political. *La Revue des Droits de L'Homme*, 13. <https://journals.openedition.org/revdh/3625?lang=en>.
- Balogalan, S. (2019). Childhood, culture, history: Redeploying "multiple childhoods". Em S. Spyrou, R. Rosen e D. Cook (Eds) *Reimagining Childhood Studies* (pp. 23-39). Bloomsbury.
- Ballesteros, A. O. (2016). La ampliación de la participación infantil en México: una aproximación sociológica a sus razones, obstáculos y condiciones. *Sociológica*, 31(87), 111-142. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732016000100004&lng=es&nrm=iso.
- Barbosa, I. e Soares, M. A. (Eds) (2019). *Por uma luta sem fronteira na defesa dos direitos das crianças: políticas públicas e participação*. Editora Vieira.
- Blanchet-Cohen, N. e Rainbow, B. (2006). Partnership between Children and Adults? The experience of the International Children's Conference on the Environment. *Childhood*, 13(1), 113-126. <https://doi.org/10.1177/0907568206059976>
- Bubadué, R. M., Cabral, I. E., Carnevale, F. A e Asensi, F. P. (2016). Análise normativa sobre a voz da criança na legislação brasileira de proteção à infância. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(4), e58018. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.58018>
- Caputo, V. (2017) *Children's participation and protection in a globalised world: reimagining 'too young to wed'*. *International Journal of Human Rights*, 21(1), 76-88. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.04.58018>
- Castro-Gómez, S. (2005). *La poscolonialidad explicada a los niños*. Universidad del Cauca, Instituto Pensar.
- Collins, T. M., Rizzini, I. e Mayhew, A. (2021). Fostering Global Dialogue: Conceptualisations of Children's Rights to Participation and Protection. *Children & Society*, 35 (2), 295-310. doi:10.1111/ chso.12437
- Connell, R. (2013). Using southern theory: decolonizing social thought in theory, research and application. *Planning Theory*, 13(2), 210-223. <https://doi.org/10.1177/1473095213499216>
- Contreras, C. G. e Pérez, A. J. (2011). Participación invisible: niñez y prácticas participativas emergentes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 9(2), 811-825. <https://www.redalyc.org/pdf/773/77321592022>. Acesso em 6 de abril de 2024.
- Corona, Y. e Morfín, M. (2001) *Diálogo de saberes sobre participación infantil*. UNAM, UNICEF, COMEXANI.
- Corvera, N. (2018). Participación ciudadana de los niños como sujetos de derechos. *Persona Y Sociedad*, 25(2), 73-99. <https://doi.org/10.53689/pys.v25i2.215>
- Cuevas-Parra, P. (2021). Thirty Years After the UNCRC: Children and Young People's Participation Continues to Struggle in a COVID-19 World. *The Journal of Social Welfare & Family Law*, 43 (1), 81-98. <https://doi.org/10.1080/09649069.2021.1876309>
- Cussiánovich, A. e Figueroa, E. (2009). Participación protagónica. Em M. Liebel e M. Martínez (Eds), *Infancia y derechos humanos: hacia una ciudadanía participante y protagónica* (pp. 23-40). IFEJANT.

- Cussiánovich, A. (2013). *Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia*. Em A. Cussiánovich (Ed), *Historia del pensamiento social sobre la infancia*. Universidad Mayor de San Marcos.
- De Castro, L. R. (2020). *Why Global? Children and childhood from a decolonial perspective*. *Childhood*, 27(1), 48-62. <https://doi.org/10.1177/09075682198853>
- Dip, F. e Tebet, G. (2019). *Sociologia da infância, protagonismo infantil e cultura de pares: um mapeamento da produção acadêmica sobre o tema*. *Revista Zero a Seis*, 21(39), 31-50. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2019v21n39p31>
- Douzinas, C. (2000). *The end of human rights*. Hart Publishing.
- Duarte, Q. C. (2012). *Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción*. *Ultima década*, 20(36), 99-125. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362012000100005>
- Earls, F. (2011). *Children: From rights to citizenship*. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 633, 6-16. <https://doi.org/10.1177/0002716210383637>
- Earls, F. e Carlson, M. (2020). *Voice, choice and action: the potential of young citizens to heal democracy*. Harvard University Press.
- Escobar, A. (2003). *Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano*. *Tabula Rasa*, 1, 58-86. <https://doi.org/10.25058/20112742.188>
- Estrada, M.V., Madrid-Malo, E. e Gil, L. M. (2000). *La participación está en juego*. Quebecor Impreandes.
- Faulkner, E. e Nyamutata, C. (2020). *The Decolonisation of Children's Rights and the Colonial Contours of the Convention on the Rights of the Child*. *The International Journal of Children's Rights*, 28(1), 66-88. <https://doi.org/10.1163/15718182-02801009>
- Figueiredo, M. R. A. (2024). *Participação infantil e juvenil nas conferências de direitos da criança e do adolescente no município do Rio de Janeiro [Dissertação de Mestrado]*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66909/66909.PDF>
- Figueiredo, M. e Rizzini, I. (2024). *Reflexões sobre a participação de crianças e adolescentes em espaços de discussão e deliberação de políticas públicas*. Em V. Bastos, A. Paiva e N. R. Nunes (Orgs.), *Programa de pós-graduação em serviço social da PUC-Rio: articulando produções acadêmicas*. Letra Capital.
- Figueroa-Grenett, C. (2017). *La acción política de niños, niñas y jóvenes en Chile: cuerpos, performatividad y producción de subjetividad*. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, 16(1), 199-212. <https://doi.org/https://doi.org/10.11600/1692715x.16111>
- Galeano, E. (1997). *Open veins of Latin America: five centuries of the pillage of a continent*. Monthly Review Press.
- Gallego-Henao, A.M. (2015). *Participación infantil: historia de una relación de invisibilidad*. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(1), 151-165. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1318060514>
- Gallego-Henao, A. M. e Gutiérrez-Suárez, D. (2015). *Concepciones adultas sobre participación infantil*. *Zona Próxima*, 22, 87-104. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=85339658007>
- Giorgi, V. (2010). *La participación de niños, niñas y adolescentes en las Américas*. Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN).
- Gohn, M. G. (2012). *Movimentos sociais e cidadania*. Em A. R. Paiva (Ed), *Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos*. Ed Pallas.
- Guzmán, S. M. V. (2017). *El derecho como instrumento de lucha y espacio de conflicto: la experiencia del Movimiento Campesino de Córdoba (Argentina)*. *Revista Direito e Práxis*, 8(1), 413-448. <https://doi.org/10.12957/dep.2017.27766>
- Haddad, S. (Ed). (2002). *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. Fundação Petrópolis.
- Huerta, J. E. (2009). *Formación ciudadana y actitudes hacia la participación política en escuela primarias del noreste de México*. *Investigación*, 14(40), 121-145. <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fee6b35fecf5811ed976d71393b4c16ff/formacion-ciudadana-y-actitudes-hacia.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2024.
- Imoh, A. T. D. e Okyere, S. (2020). *Towards a more holistic understanding of child participation: foregrounding the experiences of children in Ghana and Nigeria*. *Children and Youth Services Review*, 112. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104927>
- Jamieson, L., Rizzini, I., Collins, T. e Wright, L. (2022). *International perspectives on the participation of children and young people in the Global South*. *Third World Thematics*, 7(1-3), 56-74. <https://doi.org/10.1080/23802014.2022.2050940>
- Koerich, B. (2017). *Liderazgos juveniles en construcción: el proceso de asambleas en la Casa de la Juventud, Canoas, Brasil*. *Pueblos y Fronteras*, 11(22), 120-137. <https://doi.org/10.22201/cimsur.18704115e.2016.22.272>
- Lay-Lisboa, S., Araya-Bolvarán, E., Marabolí-Garay, C., Olivero-Tapia, G. e Santander-Andrade, C. (2018). *Protagonismo infantil en la escuela: las relaciones pedagógicas en la construcción de ciudadanía*. *Sociedad e Infancias*, 2, 147-170. <https://doi.org/10.5209/SOCI.59474>
- Lay-Lisboa, S., Armijo-Rodríguez, F., Calderón-Olivares, C., Flores-Acuña, J. e Mercado-Guerra, J. (2022). *In-depth analysis of adultcentrism in the educational field: tensions in the face of childhood protagonism*. *Revista Electrónica Educare*, 26(3), 463-489. <https://dx.doi.org/10.15359/ree.26-3.26>
- López, S. B. e Moreira, M. C. (2013). *Quando uma proposição não se converte em política? o caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens-PNAISAJ*. *Ciência da Saúde Coletiva*, 18(4), 1179-1186. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400031>

- Luna, E. e Folgueiras, P. (2014) *Juventud y participación comunitária: su potencial como herramienta de aprendizaje*. Currículo Sem Fronteiras, 14(1), 123-136. <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/ff4db5e8ecf5811ed976d71393b4c16ff/la-participacion-de-los-estudiantes.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2024.
- McMellon, C., e Tisdall, E. K. M. (2020). *Children and young people's participation rights: Looking backwards and moving forwards*. The International Journal of Children's Rights, 28(1), 157-182. <https://doi.org/10.1163/15718182-02801002>
- Mignolo, W. (2012). *Local Histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton University Press.
- Montoni, A. R. (2019). *Juventud militante y radicalización políticas, emociones durante la contestación estudiantil chilena*. Desafíos, 31(2), 169-196. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.7305>
- Montoya, A., Caraveo, Y. C. e Patiño, N. K. (2018). *La participación política de la niñez zapatista en Chiapas: enseñanza y aprendizaje de la organización y la resistencia indígena*. Sociedad e Infancias, 2, 79-101. <https://doi.org/10.5209/SOCI.59455>
- Naker, D., Mann, G. e Rajani, R. (2007). *The gap between rhetoric and practice: Critical perspectives on children's participation*-editors' introduction. Children, Youth and Environments, 17(3), 99-103. <https://doi.org/10.1353/cye.2007.0034>
- O'Brien, K., Selboe, E. e Hayward, B. M. (2018). *Exploring youth activism on climate change*. Ecology and Society, 23(3). <https://doi.org/10.5751/ES-10287-230342>
- Ochoa, M. L. (2019). *Participación y autonomía progresiva del adolescente: democratización escolar en Buenos Aires (Argentina)*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 17(1), 125-137. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17107>
- Ojala, M. e Bengtsson, H. (2019). *Young people's coping strategies concerning climate change: Relations to perceived communication with parents and friends and pro-environmental behavior*. Environment and Behavior, 51(8), 907-935. <https://doi.org/10.1177/0013916518763894>
- Oraisón, M. e Pérez, A. M. (2006). *Escuela y participación: el difícil camino de la construcción de la ciudadanía*. Revista Iberoamericana de Educación, 42, 15-30. <https://doi.org/10.35362/rie420759>
- Pavelic, M. R. e Salinas, S. C. (2014). *Deconstruyendo la noción de infancia asociada a ciudadanía y participación*. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, 10(1), 91-105. <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/riics/article/view/200/188>. Acesso em 28 de maio de 2024.
- Pavez-Soto, I. (2012). *Sociología de la infancia: Las niñas y los niños como actores sociales*. Revista de Sociología, 1(27), 81-102. <http://orcid.org/0000-0002-6438-1522>
- Peña-Ochoa, M., Chávez-Ibarra, P. e Del Solar, A. V. (2014). *Los niños como agentes políticos*. Sociedade e Cultura, 17(2), 291-300. <https://doi.org/10.5216/sec.v17i2.29135>
- Pérez, B. C., Póvoa, J., Monteiro, R. e Castro, L. R. (2008). *Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro*. Psicologia & Sociedade, 20(2), 181-191. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200005>
- Petropoulos, G. (2023). *Challenging adult-centrism: speaking speech and the possibility of intergenerational dialogue*. Childhood & Philosophy, 19. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2023.73517>
- Powell, M. A., Krishnamurthy, S., Chan, L., Tisdall, K. M., Rizzini, I. e Nuggehalli, R. (2023) *Reimagining institutional ethics procedures in research partnerships with young people across Majority/Minority World contexts*. Children's Geographies, 1-15. <https://doi.org/10.1080/14733285.2023.2237923>
- Quijano, A. (2000). *Coloniality of power, eurocentrism and Latin America*. Nepantla, 3(1), 533-580. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>
- Quennerstedt, A., Robinson, C. e l'Anson, J. (2018). *The UNCRC: the voice of global consensus on children's rights? Nordic Journal of Human Rights*, 36(1), 38-54. <https://doi.org/10.1080/18918131.2018.1453589>
- Qvortrup, J., Corsaro, W. A. e Honig, M. S. (2009). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Palgrave Schol.
- Ramos, M. M. e Aquino, L. L. (2019). *As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil*. Praxis & Saber, 10(23), 157-176. <https://doi.org/10.19053/22160159.v10.n23.2019.9728>
- Rizzini, I., Pereira, L. e Thapliyal, N. (2007). *Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*. Revista Katálisis, 10(2), 164-177. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000200004>
- Rizzini Ansari, M. (2024). *Global Poverty Law: The Production of an Urban Problem*. London: Routledge.
- Ruiz-Casares, M., Collins, T.M., Tisdall, E. K. M., e Grove, S. (2017). *Children's rights to participation and protection in international development and humanitarian interventions: Nurturing a dialogue*. The International Journal of Human Rights 21(1), 1-13. <https://doi.org/10.1080/13642987.2016.1262520>
- Santos, B. S. (2021). *Human rights, democracy and development*. In: Santos B.S and Martins B. (eds) *The pluriverse of human rights: the diversity of struggles for dignity*. London: Routledge.
- Sarmiento, M., Fernandes, N., e Tomás, C. (2007). *Políticas Públicas e Participação Infantil*. Educação, Sociedade & Culturas 25, 183-206. <https://hdl.handle.net/1822/36753>. Acesso 28 de maio de 2024.
- Sarmiento, M. J., e Gouvea, M. C. S. (org.). (2008). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes.
- Soares, A. S., Gebara, T. A. A., e Martins, L. R. (2023). *O pensamento decolonial nos estudos da infância: epistemologias críticas e pós-críticas (pre-print)*. <https://orcid.org/10.1590/SciELOPreprints.5851>. Acesso em 28 de maio de 2024.

- Souza, R. G. (2018). *Protagonismo infantil e saberes culturais ribeirinhos no ensino de matemática na Educação Infantil*. *Amazônia - Revista de Educação em Ciências e Matemáticas* 14(30), 193-208. <https://orcid.org/10.18542/amazrecm.v14i30.3814>. Acesso em 28 de maio de 2024.
- Spivak, G. C. (1994). *Can the subaltern speak?* In: P. Williams e L. Chrisman (Eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory* (pp. 93-139). USA: Columbia University Press.
- Tabak, J. (2020). *The child and the world: child-soldiers and the claim for progress*. Athens: The University of Georgia Press.
- Taft, J. (2015). "Adults talk too much": Intergenerational dialogue and power in the Peruvian movement of working children. *Childhood* 22(4), 460-473. <https://doi.org/10.1177/09075682145551>
- Torres, M. A., Rizzini, I., e Del Rio, N. (2013). *Citizens in the present: youth civic engagement in the Americas*. Illinois: University of Illinois Press.
- Trevisan, G. (2011). *Cidadania e participação: uma proposta de análise das competências de tomada de decisão das crianças na escola*. V encontro do CIED, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/2361>. Acesso em 28 de maio de 2024.
- Vanobbergen, B. (2015). *Children's rights and childhood studies: from living apart together towards a happy marriage*. In: W. Vandenhoele, E. Desmet, D. Reynaert, S. Lembrechts (Eds), *Routledge International Handbook on Children's Rights Studies*. London: Routledge.
- Verazzi, B. A., e Benes, R. (1998). *La participación de niños y adolescentes en el contexto de la Convención sobre los derechos del niño: visiones y perspectivas*. Bogota: UNICEF. <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/bogota.pdf> Acesso em 20 de março de 2021.